

**EMENDA DE PLENÁRIO**

ETIQUETA

**EMENDA nº \_\_\_\_\_**

<b>Data</b> <b>07/02/2006</b>	<b>Proposição</b> <b>Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2004</b>
<b>Autor</b> <b>DEP. SANDRO MABEL</b>	<b>Nº do prontuário</b>
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input type="checkbox"/> 3. Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global	

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se os seguintes inc. VIII e IX, ao art. 22, no Substitutivo ao PLP 123/2004 adotado pela Comissão Especial:

“Art. 22 . A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

.....  
*VIII – for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 10% (dez por cento) o valor da receita bruta no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.*

.....  
*IX – for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização foi superior a 80% (oitenta por cento) da receita bruta no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.”*

**JUSTIFICATIVA**

O substitutivo da comissão especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 123, DE 2004, que dispõe sobre o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, não prevê como hipótese de desenquadramento aquela em que a fiscalização constata que a capacidade de pagamento das despesas do estabelecimento supera o volume de receita declarado pelo contribuinte, o que na maioria das vezes se configura num indício claro de sonegação.

Além disso, para a mensuração do efetivo “volume de negócios” da empresa, o controle das entradas, tem se mostrado mais eficaz do que o das saídas, permitindo a identificação daquelas empresas que já não são mais microempresas ou empresas de pequeno porte e permanecem no regime usufruindo indevidamente dos seus benefícios, gerando, inclusive, um desequilíbrio no mercado, o que significa uma concorrência desleal, para com aquelas empresas de mesmo porte e que atuam no mesmo segmento econômico.

A presente proposta tem por fim estabelecer instrumentos para a exclusão do regime beneficiado daquelas empresas que já não atendem aos seus requisitos, evitando a concorrência desleal, o desequilíbrio de mercado e a supressão do pagamento dos tributos devidos.

**PARLAMENTAR**

Brasília – DF, 07 de fevereiro de 2006.

**SANDRO MABEL**  
**PL/GO**